

---

# Chegaram as ISAD(G)

ANA FRANQUEIRA

Instituto Universitário Europeu, Florença

**N**AS vésperas da publicação das Normas Internacionais para a Descrição em Arquivo vale a pena reflectir um pouco sobre os pressupostos que lhe estão subjacentes. O que agora se escreve pretende trazer ao conhecimento dos arquivistas portugueses não só a experiência da participação na Comissão de elaboração das *ISAD* como também reforçar alguns dos aspectos que numa primeira leitura podem passar despercebidos.

A Comissão de redacção para as Normas Internacionais de Descrição em Arquivo foi criada em 1990, na sequência de uma reunião de especialistas, a convite do Conselho Internacional de Arquivos, realizado em Otava em 1988, em cujas recomendações finais figurava «a criação de um grupo de trabalho para o desenvolvimento de normas internacionais particularmente para a descrição dos arquivos ao nível de *fonds/group/collection* [sic] a serem examinadas pela comunidade internacional», com base no reconhecimento das seguintes afirmações:

- normas e regras facilitam o acesso aos arquivos;
- normas e regras facilitam a gestão e a troca de informação entre arquivos;
- normas e regras são factor de poupança económica através da utilização eficiente de pessoal e recursos financeiros;
- normas e regras permitirão aos arquivistas determinar os requisitos necessários à automatização dos seus sistemas em vez de ser a tecnologia a impor as suas regras;

- normas e regras constituem elementos válidos no desenvolvimento e condução da formação profissional;
- normas e regras encorajam um maior profissionalismo.

Como metodologia de trabalho desta Comissão, cuja primeira reunião teve lugar em Hohn-Grenzhausen, Alemanha em 1990, foi decidido que o primeiro passo para a elaboração das normas seria a obtenção de um consenso sobre os princípios em que estas se deveriam basear; é assim elaborado um primeiro documento intitulado *Carta de princípios para a descrição arquivística*. A elaboração deste documento, bem como dos outros que lhe sucederão, obedece a uma metodologia estabelecida inicialmente e que respeita:

- nomeação de um grupo restricto para elaboração de um primeiro documento de trabalho;
- reunião plenária da Comissão para eventual alteração e posterior aprovação de texto a ser distribuído na comunidade arquivística internacional;
- recolha dos comentários;
- reunião plenária da Comissão para eventual alteração do texto de acordo com as propostas recebidas e aprovação do texto final.

Recorde-se que em Portugal a recolha dos comentários à *Declaração de Princípios* foi elaborada pela BAD em colaboração com o Instituto Português de Arquivos e teve uma activa participação dos arquivistas portugueses.

Na *Declaração de Princípios* são explicadas algumas decisões de base tomadas pela Comissão desde o início e que vale a pena relevar:

- a finalidade das normas é a troca de informação sobre os documentos em arquivo histórico, ou seja, de conservação permanente, em forma normalizada e para todos os países (e, subentendem-se, os respectivos arquivos) interessados em trocar informação;
- as normas não pretendem a normalização das práticas arquivísticas em todas as entidades administrativas de um país ou durante todo o ciclo de vida dos documentos (tal não é nem mesmo desejável uma vez que as práticas administrativas de cada país são diversas e provavelmente não reconciliáveis numa única norma); distinguem simplesmente um conjunto de parâmetros relativos a um formato descritivo normalizado de intercâmbio de informação.

A *Declaração*, bem como as normas em si, baseiam-se sobre princípios arquivísticos reconhecidos como o princípio da proveniência, mas nunca se referem aos critérios de organização dos fundos documentais; antes sim ao processo formal de descrição após a fase de organização dos documentos em unidades arquivísticas passíveis de descrição a um ou mais níveis de detalhe.

Pressupõe-se que a estruturação destas unidades não faz parte das normas. Todavia considera-se que a unidade mais ampla (*the broadest unit*) a considerar na descrição em arquivo é o fundo, e que este é constituído por partes que apresentam entre si uma relação hierarquizada, introduzindo assim implicitamente o princípio da descrição multinível, ou seja a noção de que a representação de um fundo de arquivo se torna significativa quando as unidades arquivísticas que o compõem são descritas não só de per si mas inseridas no contexto da sua criação e organização.

A este ponto vem a lume a ainda não resolvida e talvez *teoricamente insolúvel* questão de definir o que é o fundo de arquivo.

Sobre esta definição, ou o estabelecimento do que é um fundo convém reflectir sobre o parágrafo 2.2.3, e citamos na língua original: «*As a first step towards standardized archival description each country should develop guidelines for defining the fonds. These should take full account of the administrative structures and should be consistent with the principle of provenance*».

Pensamos que o nosso país tem alguma experiência neste campo se pensarmos nas linhas de acção desenvolvidas com a publicação pelo Instituto Português de Arquivos da Coleção Estudos e Documentos Técnicos onde são dadas orientações para a organização e descrição de vários tipos de fundos documentais como, por exemplo, para os fundos de câmaras municipais, fundos notariais, etc., e que permitiram a inventariação colectiva deste tipo de documentos. É um exemplo a seguir...

Reconhece-se ainda no prefácio da *Declaração* que «*especially in view of the increasing complexity of administrative structures, an explanation of the context in which material was created is an important aspect of archival description*». No parágrafo 4.2, para explicar este contexto afirma-se a necessidade de apresentar ao mesmo tempo, ou estabelecer uma ligação, entre a informação sobre a proveniência e a informação sobre o material de arquivo.

Esta ligação pode ser estabelecida introduzindo o elemento «*Name of creator*» (que pode ser utilizado em qualquer nível de descrição de um fundo) e pressupõe que ainda que um fundo só possa ter uma proveniência, as partes que o compõem podem ter sido criadas por um ente diverso. Aqui encontramos uma enorme flexibilidade na organização e consequentemente na descrição, dos materiais de arquivo; muitos dos problemas

postos quando num fundo de arquivo encontramos documentos «herdados» de organizações diferentes, que vulgarmente definimos como proveniências diversas, podem ser resolvidos através desta distinção entre proveniência e criação.

Hugo Stibbe, secretário da Comissão, escreveu recentemente um artigo a propósito do controlo de autoridade no qual exemplifica como pode ser feita esta ligação\*.

Por outro lado o modelo de representação de um fundo arquivístico apresentado tanto na *Declaração de Princípios* como nas *ISAD(G)*, baseia-se numa enorme flexibilidade. No topo da estrutura é representado o maior conjunto documental com uma mesma proveniência, o fundo e na parte inferior o documento, a menor unidade arquivística indivisível; entre estas duas unidades, são possíveis tantas divisões (se olharmos de cima para baixo) ou tantos agrupamentos (se olharmos de baixo para cima), quantos os apresentados pelos documentos. No mesmo modelo aparece salientado (através da linha tracejada) o agrupamento ou subdivisão Série, para distinguir a unidade que geralmente determina a organização do fundo enquanto reflexo do sistema de arquivamento na origem, ou seja, na entidade produtora do fundo, ou enquanto elemento unificador dos documentos relativos a uma mesma actividade.

Nas *ISAD(G)*, o segundo documento produzido pela Comissão, são estruturados os elementos de informação a utilizar na descrição, qualquer que seja o nível de descrição utilizado, e deixa-se ao critério do arquivista a escolha dos que mais se adaptam à unidade a descrever (uma das regras aliás da descrição multinível).

A selecção dos elementos de informação que integram as *ISAD(G)* foi feita com base nos seguintes manuais:

- Steve HENSEN, *Archives Personal Papers, and Manuscripts, A Cataloguing Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries*. 2nd ed. (Chicago: Society of American Archivists, 1989);
- Michael COOK; Margaret PROCTER, *Manual of Archival Description* (Great Britain: Gower Publishing Company, 1989);
- *Rules for Archival Description = Règles pour la Description des Documents d'Archives* (Canada: Bureau of Canadian Archivists, 1990).

---

\* H. STIBBE, «L'application de la notion de fonds», *Archives*, 25, 1, 1993, p. 51-83 (ISSN: 0044-9423).

Os elementos de informação são estruturados em seis áreas diversas:

Identificação — onde se incluem os elementos de informação que identificam a unidade descrita.

Contexto — elementos sobre a origem e história custodial dos documentos.

Condições de acesso e utilização — indicações sobre a disponibilidade da unidade descrita.

Materiais associados — informação sobre outros materiais de arquivo relacionados com os descritos.

Notas — informação específica e não incluída em nenhuma das outras áreas.

Considera-se que para fins de troca de informação só uma pequena parte destes elementos é essencial. Estes corresponderão fundamentalmente à identificação da unidade descrita, a qual deverá obrigatoriamente incluir o nome da entidade produtora dos documentos.

Um outro princípio presente nas *ISAD(G)* é o de não haver um limite da dimensão das descrições. Reconhece-se que a descrição em arquivos se baseia fundamentalmente em dados de tipo texto muito variáveis em função da natureza dos materiais a descrever.

Chegados a este ponto podemos pensar que não existe nestas normas uma grande inovação. De um modo ou de outro nas nossas descrições estes elementos estiveram sempre presentes. É verdade, mas é verdade também que MUITAS VEZES A MANEIRA MAIS SIMPLES DE ELABORAR UMA NORMA É A DE INSTITUIR UMA PRÁTICA. Nas *ISAD*, porém, é estruturada uma sequência e identificam-se de modo pontual e rigoroso os elementos de informação que sempre fizeram parte das descrições em arquivo.

As variações locais que as descrições possam assumir são indiscutíveis, mas uma base comum existe. Dependerá de nós, arquivistas, da nossa vontade e capacidade de cooperação o prosseguimento do trabalho de aperfeiçoamento da nossa profissão.

## Bibliografia

*Statement of principles regarding archival description*. Adopted by the *Ad Hoc* Commission on Descriptive Standards. Madrid, January 1992.

*International Standards for Archival Description (General)*. Adopted by the *Ad Hoc* Commission on Descriptive Standards. Stockolm, 21-23 January 1993.

*Towards international descriptive standards for archives: papers presented at the ICA Invitational Meeting of Experts on Descriptive Standards, National Archives of Canada, Ottawa 4-7 October 1988.* München: Sauer, 1993. ISBN 3-598-11163-0.

*Proceedings of the 12th International Congress on Archives, Montreal, 6-11 September 1992.* München: Sauer, 1994. ISBN 3-598-21239-9.

H. STIBBE, «L'application de la notion de fonds», *Archives*, 25 (1) 1993, p. 51-83 (ISSN: 0044-9423).